

Humberto Netto

Salários condizentes com a realidade de países industrializados; número quase nunca elevado de funcionários (especialmente quando em comparação com os países do Terceiro Mundo) e ingresso quase exclusivamente através de rigorosos concursos públicos de caráter nacional. Estas são algumas das características que saltam à vista quando se faz uma análise comparativa da situação reinante nos parlamentos dos países ricos e das nações em vias de desenvolvimento.

Talvez devido ao fato de que as diferenças sejam tão marcantes, a reportagem publicada domingo pelo Jornal de Brasília tenha repercutido tão intensamente nos meios diplomáticos desta capital. Fontes diplomáticas ao lerem o artigo revelaram surpresa ao tomar conhecimento de que, no Brasil, a Câmara dos Deputados tem um total de 5.179 funcionários (10,6 servidores por parlamentar) e que seus salários são, em média, de 233 mil cruzados mensais, uma exorbitância num país em que boa parte da massa trabalhadora recebe pouco mais do Piso Nacional. E a surpresa dos diplomatas estrangeiros se torna ainda maior quando eles são informados de que o Senado Federal conta com nada menos que 5.400 servidores (75 para cada senador) e que eles recebem um salário médio de 387 mil cruzados.

França

A surpresa dos diplomatas se deve não apenas aos dados relativos à realidade brasileira acerca dos quais os representantes de governos estrangeiros acreditados em Brasília são muito bem informados,

mas, também, à situação vigente em seus países.

Dona de uma renda "per capita" algumas vezes superiores à pessimamente mal distribuída renda brasileira, o quadro parlamentar da França é composto por 577 deputados que integram a Assembléia Nacional (que legisla a nível estadual e federal, pois naquele país não existem assembleias estaduais). Para auxiliá-los em seu trabalho, a Assembléia Nacional conta com pouco mais de 1.200 funcionários (pouco mais de dois servidores por deputado; contra 10,6 no Brasil), e por 319 senadores.

No senado francês a situação não é muito diferente. Os senadores, eleitos indiretamente por um Conselho, e o corpo de servidores da Casa — que na prática tem uma atuação muito menos destacada que a Assembléia Nacional — é formado por cerca de 1.600 funcionários.

Outra característica do regime francês reside no fato de que cada parlamentar pode recrutar dois ou até três colaboradores junto a outros órgãos da burocracia estatal, a quem continuará a cargo a responsabilidade de arcar com seus salários.

Quanto à remuneração, apesar de a França ser um país rico, o salário de base de um assessor parlamentar, por exemplo, oscila entre 330 e 660 mil cruzados mensais, bem menos do que recebe, em média, servidor que exerce idêntica função no parlamento brasileiro. E há um outro fato digno de registro não só na França mas praticamente em todos os países industrializados: é quase impossível ingressar no quadro funcional da Câmara ou do

Senado sem a aprovação em rigorosos concursos públicos. "Trens da alegria" que por aqui se renovam, lá sequer hipoteticamente seriam admissíveis.

Estados Unidos

Não menos contrastante é a situação comparativamente entre o Brasil e a maior potência econômica do mundo, os Estados Unidos. É verdade que lá o número de servidores nas duas Casas é superior ao total brasileiro: 19.446 pessoas trabalham no Congresso dos Estados Unidos — Câmara dos Representantes do Senado — contra 10.579 no Parlamento nacional. Em maio de 1987, os 7.352 servidores do Senado (que tem um total de 100 senadores) receberam em salários o montante de 17 milhões de dólares, ou cerca de 2.300 dólares mensais, ou ainda aproximadamente 483 mil cruzados/mês, no câmbio oficial brasileiro. Enquanto isso, as despesas com os 12.078 funcionários da Câmara dos Representantes (composta por 435 deputados) foi da ordem de 28 milhões de dólares em maio do ano passado, e o salário médio ficou em torno de 2.320 dólares mensais.

Destaca-se, nesse contexto, o fato de que nos Estados Unidos e na França os servidores do Congresso recebem salários perfeitamente ajustados à economia dos dois países e que, ao contrário do que ocorre no Brasil, não são tantas vezes superiores aos vencimentos dos demais trabalhadores e funcionários governamentais. Além disso, há o fato de que o ingresso na carreira pública tem como passo inicial o concurso. Sem "jeitinhos" ou "trens da alegria".